PROJETO DE LEI Nº 3080, DE 2025

Reconhece os "Jogos Mundiais de Policiais e Bombeiros" (World Police and Fire Games - WPFG), como evento esportivo de relevante interesse nacional, inclui-o no Calendário Oficial de Eventos Desportivos do Brasil e autoriza programas de apoio por parte dos órgãos de segurança pública.

EMENDA Nº

Art. 1º Acrescente-se os seguintes dispositivos ao art. 3º do projeto de lei em epígrafe:

Art. 3°

§ 1º Para a execução dos programas e ações previstos neste artigo, poderão ser utilizados recursos orçamentários próprios dos órgãos e instituições de segurança pública, bem como recursos oriundos de emendas parlamentares, convênios, termos de fomento, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais.
§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar parcerias, acordos de cooperação técnica e instrumentos correlatos para viabilizar a participação das delegações no WPFG.
III – realizar seletivas internas e promover programas de preparação, treinamento e acompanhamento técnico para a composição de delegações oficiais;

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes artigos ao projeto de lei:

"Art. 6°. Os órgãos e instituições de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever, em seus respectivos planejamentos orçamentários e estratégicos,





mecanismos de apoio à participação de suas delegações no WPFG, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

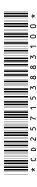
Parágrafo único. A previsão orçamentária de que trata este artigo poderá contemplar recursos próprios ou descentralizados, inclusive oriundos de emendas parlamentares individuais ou de bancada.

- Art. 7°. Para fins de planejamento orçamentário e financeiro, os recursos destinados à participação das delegações brasileiras nos Jogos Mundiais de Policiais e Bombeiros (WPFG) poderão ser alocados e executados com antecedência de até 36 (trinta e seis) meses da realização do evento.
- § 1º A execução dos recursos de que trata o caput poderá ocorrer por meio de convênios, termos de execução descentralizada, instrumentos congêneres ou execução direta por órgão público, observadas as normas de direito financeiro e orçamentário.
- § 2º Os órgãos e instituições de segurança pública poderão prever em seus planos plurianuais, leis orçamentárias anuais e créditos adicionais específicos a destinação de recursos para edições futuras do WPFG.
- § 3º Os recursos empenhados para edições futuras do evento poderão ser objeto de cronograma de desembolso compatível com o calendário internacional do WPFG, inclusive com possibilidade de reprogramação anual, nos termos da legislação orçamentária vigente.
- Art. 8°. Poderá ser instituído selo ou certificação oficial de reconhecimento institucional aos participantes, delegações e entidades apoiadoras, como forma de valorização e incentivo à prática esportiva no âmbito da segurança pública".
- Art. 3º Dê a seguinte redação ao art. 6º renumerando-o como art. 9º:
 - "Art. 9°. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo aperfeiçoar o texto do Projeto de Lei que reconhece os Jogos Mundiais de Policiais e Bombeiros – World Police and Fire Games (WPFG), ampliando a sua aplicabilidade prática, a segurança jurídica e a viabilidade orçamentária para execução de





políticas públicas de apoio à participação de profissionais da segurança pública no evento.

Atualmente, a execução de recursos federais para eventos esportivos internacionais enfrenta limitações temporais, especialmente em razão da demora na tramitação e celebração de convênios, o que inviabiliza a utilização de emendas parlamentares para custeio de competições que ocorrem no mesmo exercício ou no seguinte. O WPFG, por ser bienal, exige planejamento antecipado.

Por meio da inclusão dos dispositivos ora propostos:

- Autoriza-se expressamente a utilização de emendas parlamentares e convênios para custeio da participação das delegações brasileiras no WPFG, facilitando o acesso a recursos orçamentários federais;
- Permite-se a alocação e execução de recursos com antecedência de até 36 meses, garantindo previsibilidade e tempo hábil para planejamento, contratação de passagens, hospedagem e logística;
- Incorpora-se a previsão de programas de treinamento e seletivas, valorizando a preparação técnica dos atletas;
- Obriga-se a previsão orçamentária nos planos plurianuais e LOAs, tornando o apoio financeiro institucional mais sólido e contínuo;
- Prevê-se a regulamentação posterior e selo de reconhecimento institucional, fortalecendo o simbolismo e a valorização dos servidores participantes.

Com essas alterações, a lei deixa de ser meramente declaratória e passa a ter instrumentos efetivos de execução, segurança jurídica para a destinação de emendas parlamentares e condições reais para que os órgãos públicos planejem a participação do Brasil nos Jogos.

Trata-se, portanto, de medida que fortalece a valorização dos profissionais da segurança pública, promove a saúde física e mental, incentiva o esporte institucional e projeta o nome do Brasil no cenário internacional de forma organizada e sustentável.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2025.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA



